

AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS EM DEBATE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: As experiências da escola de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará com a formação antirracista

Matheus da Costa Mota¹

Resumo: O artigo analisa a formação antirracista no Serviço Social no Brasil, destacando a importância de integrar essa abordagem nas escolas, especialmente na Escola de Serviço Social da UECE. Revisita a evolução do debate sobre questões étnico-raciais, utilizando documentos como os "Subsídios para o debate da Questão étnico-racial na Formação profissional" da ABEPSS. Considera as contribuições de teóricos como Marilda Villela lamamoto e experiências de profissionais autodeclarados negros, como Maria Helena Elpídio e Renata Gonçalves, para entender como a formação pode avançar na prática antirracista. O artigo se divide em três partes: reflexões teóricas, análise do projeto pedagógico da UECE e cruzamento de informações para compreender a práxis na formação profissional. A proposta central é a urgência de integrar as questões raciais no ensino, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, embora reconhecendo as fragilidades na inserção do debate étnico-racial na Escola de Serviço Social da UECE.

Palavras-chave: Serviço Social; Questões étnico-raciais; Formação Profissional; Educação.

Abstract: The article analyzes antiracist education in Social Work in Brazil, highlighting the importance of integrating this approach in schools, especially at the School of Social Work at UECE. It revisits the evolution of the debate on ethnic-racial issues, utilizing documents such as "Subsidies for the Debate on Ethnic-Racial Issues in Professional Training" from ABEPSS. It considers the contributions of theorists like Marilda Villela lamamoto and the experiences of self-identified Black professionals, such as Maria Helena Elpídio and Renata Gonçalves, to understand how training can advance in antiracist practice. The article is divided into three parts: theoretical reflections, analysis of UECE's pedagogical project, and the intersection of information to comprehend praxis in professional training. The central proposal is the urgency of integrating racial issues in education, contributing to the construction of a more just society, while recognizing the fragilities in incorporating ethnic-racial debate in the School of Social Work at UECE.

Keyword: Social Work; Ethnic-racial issues; Professional training; Education.

1 INTRODUÇÃO

¹ Graduando, Universidade Estadual do Ceará, matheus.mota@aluno.uece.br.

A partir de debates promovidos na Oficina Nacional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, que ocorreu de 27 a 29 de outubro de 2023, na Universidade Federal de Pernambuco em Recife, aguicei meu interesse pela temática Antirracista no contexto da formação profissional em Serviço Social. A gestão da ABEPSS (2023/2024) elegeu a formação antirracista como pauta prioritária e trabalhou na Oficina Nacional o tema: “Formação antirracista e projetos societários no contexto da flexibilização do ensino superior”, Esse espaço de partilha com a presença de assistentes sociais, pesquisadores (as) e estudantes de vários lugares do país, sinalizou o quanto precisamos caminhar para uma formação alinhada com o antirracismo. O antirracismo como práxis profissional e sendo horizonte da formação e compromisso ético profissional de futuros/as Assistentes Sociais.

Por mais, que esse debate seja anterior “às Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 que apontam em seu conteúdo programático a incorporação de conteúdos obrigatórios nos currículos acadêmicos sobre a questão étnico-racial” (ABEPSS, 2018, p.10), é somente nas últimas décadas que conseguimos ter “avanços” sobre o debate racial na formação profissional. Na escola de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará - UECE, é somente no contexto de pandemia que se tem a turma inaugural da disciplina de “Relações Étnico Raciais e o Serviço Social”. Luta travada desde 2015 por uma das únicas professoras negras efetivas do colegiado, Dra. Zelma Madeira, junto de estudantes que entendiam a importância do debate sobre questões étnico raciais na formação profissional e do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afrobrasilidade, Genero e Família (NUAFRO) da UECE, que reivindicavam uma disciplina e uma formação aprofundada, que tivesse como pilar a práxis antirracista, sobre as questões das relações etnico raciais e o serviço social.

Estes dois fatores, são primordiais para justificar e referenciar a relevância deste artigo, que buscará fazer um retorno histórico desta temática na tentativa de analisar os motivos de não avançarmos neste debate e não incorporarmos em todas as escolas a práxis antirracista como pilar da formação profissional em Serviço Social. Contudo se debruçarmos na seguinte perspectiva, a formação em Serviço Social Brasileira tem avançado de forma ampla e qualitativa nos debates sobre as questões étnico raciais e antirracistas buscando inserir de forma transversal do início ao fim da formação profissional uma educação antirracista? Utilizaremos a experiência da

Escola de Serviço Social da UECE para entender as contradições e avanços do tempo presente para essa formação antirracista.

Considerando os “Subsídios para o debate da Questão étnico-racial na Formação profissional” (ABEPSS, 2018), buscarei centralizar na discussão as relações étnico raciais na formação de Assistentes Sociais do Ceará, em que momento histórico estamos inseridos para o amadurecimento dessa discussão tão central para o fazer profissional. Por isso, este documento servirá de base teórica para a análise do atual projeto político pedagógico em vigência da escola de Serviço Social da UECE e se o curso incorporou a discussão de forma transversal nas disciplinas de formação profissional, buscando compreender o quanto precisamos avançar ou temos de avanços, se assim apontado nas análises.

Outro documento importante, para romper com a lógica de que a questão étnico racial é exclusivamente horizonte da luta da população negra, a partir de artigo publicado por Marilda Villela lamamoto (2014), “A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro”, se analisará o que a autora tem para agregar e tencionar no debate para a formação profissional em Serviço Social antirracista. Este artigo buscou embasar, a partir de uma pessoa fenotipicamente branca e que é importante para a formação profissional e para a busca do movimento de ruptura com o conservadorismo na categoria, o que o Serviço Social tem a ver com o debate da questão étnico racial e sua importância para a formação no serviço social contemporâneo pela busca de uma sociedade emancipada e apartada das demais formas de opressão.

Buscarei a partir de teóricas/os consagradas/os no Serviço Social que se autodeclaram negras/os, um diálogo a partir de suas vivências e de suas contribuições para o debate na categoria. Como é o caso de Maria Helena Elpídio e João Paulo V. Silva (2022), que buscam tencionar o debate “O Serviço Social na encruzilhada: a questão racial e o projeto de formação profissional”. Este traz elementos importantíssimos para embasar a partir do protagonismo de pessoas negras no Serviço Social, formas para trazer cada vez mais para a centralidade do debate as relações raciais. A partir de conceitos de dentro para fora do movimento negro, centralizando a importância do debate das relações raciais na formação profissional, para que se entenda que o Assistente Social lidará diretamente com as expressões da

questão social e o racismo como estrutura e estruturante dessa forma de sociabilidade brasileira. Sendo peça fundamental para se entender a conjuntura e como se firmou as relações sociais neste país que carrega a contradição do descobrimento e da invasão. E para embasar ainda mais a análise conjuntural da formação social brasileira dialogarei com o consagrado texto de Renata Gonçalves (2018) que vai correlacionar a questão social e a questão racial como particularidades estruturantes desta formação histórica.

Os textos citados acima serviram de base teórica para a formulação da temática proposta neste artigo, mas que não ausentam as contribuições de outros/as autores/as sobre a temática das relações étnico-raciais e a formação profissional em Serviço Social, tendo em vista que tivemos mais trabalhos relacionados a essa questão desde o marco de 2018 com os Subsídios (ABEPSS, 2018). Portanto, dividiremos este trabalho em três (03) momentos. O primeiro, reflexões a partir das produções teóricas já mencionadas; o segundo, será uma análise sobre o projeto político pedagógico do curso de Serviço Social da UECE e se este assumiu o compromisso com o debate das relações étnico raciais; e no terceiro momento, farei o cruzamento das informações, entendendo os processos dialéticos da práxis que se constituem na formação profissional.

2 O DEBATE DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS: POR UMA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL

A formação profissional em Serviço Social, a partir do movimento de reconceituação e a ruptura com as bases conservadoras, passou a se alinhar com teóricos/as que passam a compreender as relações sociais nos marcos da sociabilidade capitalista. Esses/as, por sua vez, baseiam suas elaborações a partir da contradição entre as classes trabalhadora e burguesia. Porém, por muito tempo, houve uma predominância e restrição dessas análises apenas a essa dimensão das classes, desconsiderando a diversidade étnico racial, de gênero e sexualidade, etc. que a compõem. Assim vemos desde o processo inicial de reconceituação, no Brasil, a aproximação massiva do Serviço Social com a teoria social crítica de Karl Marx e sua tradição. Qualquer outra categoria social que se apresentava para uma análise da sociedade, como raça e gênero, ganhavam o lugar pejorativo da pós-modernidade, desqualificando o debate e o tornando raso, se caso assumisse essas categorias

como modelos de análise. O Serviço Social Brasileiro, pode ter negado estes marcadores por alguns motivos:

1. O método crítico dialético se firmou como modelo de superação e rebatimento do conservadorismo na profissão e descentralizar as discussões de classe, com outros marcadores, poderia ser o retorno para “um passado que não queremos retornar”;

2. O pacto narcísico da branquitude que nega saberes ancestrais fora da hegemonia do pensamento branco (visto que hegemonicamente pessoas brancas compuseram predominantemente a maioria social no Serviço Social). Foram quase quatrocentos anos de escravização do povo negro no Brasil, com trabalhos precários e perspectivas de ascensão social negados. A presença da população negra nos espaços da educação superior é muito recente, e somos nós, que trazemos à tona um debate tão importante, como a raça na construção social e econômica do Brasil. E quando partimos para o debate sobre as demais populações não brancas no Serviço Social, entramos em um espaço cada vez mais escasso de investigação e criticidade.

A partir das contribuições ancestrais das teóricas feministas negras e de todas as indicações políticas e acadêmicas que entidades da categoria dos/as Assistentes Sociais, esse trabalho parte em busca de reconhecer e tentar encontrar solo fértil na escola de Serviço Social da UECE o amadurecimento ou desenvolvimento das relações étnico raciais na formação de futuros Assistentes Sociais.

Reconhecendo que essa categoria luta pela defesa intransigente dos Direitos Humanos e que o Brasil foi fundado a partir de um processo sócio histórico regado à violação desses direitos, a contradição deste processo, dará o tom deste trabalho. Pois, mesmo com indicativos da categoria em um compromisso antirracista, se buscará observar se no solo fértil da formação profissional está se buscando romper com lógicas coloniais e com preconizações eurocêtricas brancas do debate, se este busca a inserção de epistemologias dissidentes e das margens para a formação de futuros Assistentes Sociais. O rompimento com a lógica colonial e a inserção de disciplinas específicas sobre a temática das relações étnico-raciais e de forma

transversal nas disciplinas da formação profissional em Serviço Social são horizontes possíveis para esse rompimento com uma formação racista.

Apesar de avanços do debate promovidos pelas entidades da categoria (Conjunto CFESS/CRESS; ABEPSS; ENESSO), com campanhas nacionais e regionais, manifestos, brochuras e demais documentos que fortaleceram o debate das relações étnico-raciais no interior da categoria, garantindo a visibilidade, o combate antirracista e promovendo o avanço de elaborações que por muito tempo estiveram secundarizadas na formação e no reconhecimento da categoria. Marcos importantes que demarcam um rompimento com a hegemonia do pensamento branco nas entidades da categoria são: Lançamento da brochura do CFESS publicada em 2016 “Assistente Social no combate ao preconceito – Caderno 3 Racismo”; Em 2018, pelo CFESS, a Campanha “Assistentes Sociais no combate ao racismo”; Os “Subsídios para o debate da Questão étnico-racial na Formação profissional” da gestão 2017-2018 da ABEPSS; A campanha “Não somos recortes, somos pessoas inteiras” da setorial Sankofa da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESSO de 2019. Estes são marcos importantes que demarcam o compromisso das entidades da categoria a partir do que compreende o combate às discriminações e a superação deste sistema de opressões e de desigualdades, visto que o Código de Ética do/a Assistente Social (2012) a partir do capítulo 4º que dispõe das relações com Entidades da Categoria e demais organizações da Sociedade Civil, trazendo no art. 13 como dever do(a) assistente social:

b- denunciar, no exercício da Profissão, às entidades de organização da categoria, às autoridades e aos órgãos competentes, casos de violação da Lei e dos Direitos Humanos, quanto a: corrupção, maus tratos, torturas, ausência de condições mínimas de sobrevivência, discriminação, preconceito, abuso de autoridade individual e institucional, qualquer forma de agressão ou falta de respeito à integridade física, social e mental do/a cidadão/cidadã. c- respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras (CFESS, 2012, p. 34).

Reafirma-se o compromisso ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo que o Serviço Social ocupa na divisão social do trabalho e na superação de todas as formas de opressão. Dessa forma, não há como superarmos essas opressões sem entendermos a complexidade e o nó que estrutura esse sistema. O racismo como a correlação contraditória da formação social brasileira, onde a “Questão racial é o nó da questão social”, como bem evidencia em seu brilhante

artigo Renata Gonçalves (2018) ao finalizar o levantamento histórico desde as protoformas do Serviço Social brasileiro com a célebre afirmativa: “A luta contra a opressão racial é indissociável da luta de classes e, ao mesmo tempo, esta não pode triunfar sem aquela” (GONÇALVES, 2018). Portanto, é urgente entendermos que a superação do sistema capitalista só poderá acontecer mediante o combate das opressões e discriminações por raça, etnia, gênero, sexualidade e território. Se o Serviço Social tem em seu horizonte um novo projeto societário que busca esta superação, deverá garantir que na sua agenda cotidiana do fazer e da formação profissional o debate étnico racial deve estar lado a lado do debate de classes, assim como as categorias anteriormente citadas. Nossa formação e nosso fazer profissional deve se debruçar com as teorias emergentes (mas, que não são novas) e fortalecer a compreensão da teoria social crítica a partir da totalidade, que só será entendida se garantirmos as análises necessárias para além do debate de classe social.

3 A ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ E O DEBATE ANTIRRACISTA: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EM EVIDÊNCIA

O Projeto Político Pedagógico - PPP do curso de Serviço Social da UECE foi atualizado no ano de 2022, a partir da demanda da curricularização da extensão a nível nacional, que previa garantir a articulação dos pilares que baseiam a educação superior e as universidades públicas, o ensino, a pesquisa e a extensão. A última atualização do currículo datava de 2015, que traziam avanços importantes para a formação, mas que deixavam hiatos para uma formação que dialogue com os processos do contexto histórico nacional, como o debate das relações étnico raciais no currículo, apenas com alguns horizontes de uma possível inclusão, como aconteceu no período da pandemia com a inserção da disciplina de Relações Étnico raciais e o Serviço Social.

No decorrer do processo de desenvolvimento da implementação do currículo de 2015, como já dito anteriormente, a ABEPSS lançou os “Subsídios para o debate da Questão étnico-racial na Formação profissional” (2018), já no período de implementação do novo currículo de 2022, a ABEPSS vai até a UECE em setembro de 2023 lançar a Plataforma Antirracista da ABEPSS - um espaço no site oficial da entidade que possibilita o acesso a uma biblioteca, dividida por categorias de ensino,

com textos importantes para os debates lá elencados. Este lançamento possibilitou um compromisso e maior engajamento do colegiado com o debate transversal das relações étnico raciais. Mas,

Considerando que a questão étnico-racial se constitui como um elemento estruturante das relações sociais e, assim, deve ser apreendida com profundidade e em toda a sua complexidade histórica, é subjacente a necessidade de materializar nos currículos e nas propostas pedagógicas (PPCs) um conjunto de disciplinas e atividades de ensino, pesquisa e extensão que promovam na graduação e pós-graduação uma gradativa e efetiva superação da secundarização ou “tematização” da questão étnico-racial na formação, muitas vezes apreendida no viés culturalista e/ou como um segmento a ser abordado no conjunto da sociedade (ABEPSS, 2018, p. 19).

O colegiado do curso de Serviço Social decidiu por implementar os subsídios para formalizar o ensino transversal das relações étnico raciais, mas que caíam no erro da implementação por uma aula inicial e no decorrer dos processos, havia um tradicionalismo do ensino, seguindo particularidades marxianas que setorizam o debate de raça/etnia, ao invés de analisar de forma indissociável as categorias de classe, raça/etnia e também de gênero e território. Mas, como citado e desenvolvido no trabalho de SOUZA e MEDEIROS (2022) em análise do currículo da escola de Serviço Social do Instituto Federal do Ceará (IFCE), “na atual realidade do Curso, a temática aparece como uma discussão frágil e tímida nas disciplinas, ganhando evidências em situações onde o docente possui alguma proximidade com o conteúdo a partir de sua produção acadêmica individual”.

Neste contexto, as relações raciais acabam que sendo incorporadas de forma negligenciada, não assumindo a totalidade e a complexidade de sua análise como estruturante da formação social brasileira e dessa forma, no diálogo com os/as sujeitos/as usuários/as das políticas públicas que nós (futuros/as) Assistentes Sociais executamos, formulamos e somos gestores dessas políticas, acabamos por não incorporarmos nessas mediações das contradições da questão social o elemento da sociabilidade racialidade que ocupa um lugar específico na nossa sociedade, o do subalterno, marginalizado e explorado. Para conseguirmos mudar essa realidade do fazer profissional, precisamos introduzir nos currículos de formação profissional, como já citado anteriormente, de forma transversal e específica como as relações étnico raciais estruturam o capitalismo e não estão isolados de análises da sociedade.

Dessa forma, assim como no IFCE, na UECE não seria diferente. Professores(as) que têm interesses individuais na temática, realizam não só em disciplina temática, mas de forma transversal e indissociável com as demais categorias sociais, a análise da sociabilidade capitalista. Contudo, temos profissionais suficientes para garantir a capilaridade e aderência das temáticas, visto que deveria haver uma adesão prática e teórica na superação das condições que fortalecem a hegemonia eurocêntrica e branca que tradicionalmente esteve na formulação da formação profissional.

O atual PPP do curso da UECE estabelece a inserção da disciplina de relações étnico raciais, mas não fortalece de forma transversal o debate. Contudo, existe o protagonismo tanto de docentes quanto de discentes para fortalecer o debate das relações étnico raciais de forma ampla e com capilaridade em toda a formação profissional, contemplando tanto o ensino, a pesquisa e a extensão de forma a garantir a totalidade da compreensão e das articulações de superação do projeto racista que estruturou a formação social brasileira.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar a partir de uma linha histórica da categoria, a aproximação e fortalecimento no interior da formação das relações étnico raciais no Serviço Social e como a escola de Serviço Social da UECE vem incluindo e acompanhando o processo de incorporação indissociável na práxis das entidades da categoria. Mas, que analisando o PPP da escola ainda existe muito o que avançar dos debates da relações étnico raciais, principalmente quando ampliamos o debate para além do debate sobre a população negra, incluindo nessa discussão os povos indígenas, ciganos, ribeirinhos e demais comunidades tradicionais, para entendimento das expressões da questão social e das lutas de classe, que são objetos de intervenção da categoria, onde dessa forma conseguimos dar conta do “étnico”, quando debatemos as relações étnico raciais. No atual momento, a UECE busca se alinhar nacionalmente com este debate, contudo, as ações e iniciativas partem sempre dos mesmos sujeitos individuais, sendo inclusive contraditório, pois atualmente, temos sujeitos que ocupam cargos nacionais nas três entidades representativas da categoria, que tem em suas práxis o compromisso antirracista, mas o coletivo não consegue garantir a aderência e a capilaridade transversal de forma qualitativa o debate da

questão étnico racial. O Serviço Social da UECE tem condições para incorporar em seu currículo de formação a análise étnico racial (de forma qualitativa, específica e transversal), mas, um dos obstáculos que se apresentam, ora velada ou direta, é a ausência da vontade política na condução desses processos.

Docentes e discentes de forma mútua devem construir um debate das relações étnico raciais que contemple as demandas da classe trabalhadora e também a análise do projeto societário em curso, para construir caminhos possíveis para a superação desse sistema de opressões e desigualdades. Será através da educação emancipadora que conseguiremos construir um novo horizonte de uma nova sociedade de respeito e igualdade entre os seres. Mas, para que isso possa acontecer deve haver um compromisso ético, não só das entidades da categoria, mas das suas bases, para forjar as estratégias necessárias.

Como finaliza Maria Helena Elpidio,

São Cláudias, Amarildos, Marcos Vinícius, Damiões, Marieles, Evaldos, João Pedros, Georges Floyd que tentam gritar e são silenciados cotidianamente nos becos e vielas, nas filas da assistência e dos auxílios emergenciais nas escolas, nas universidades, nas prisões, nos hospitais psiquiátricos, nas ruas e nos parlamentos. A formação profissional precisa contribuir efetivamente para que estas vozes e tambores ecoem!!!! (ELPÍDIO, 2020, p. 525, grifo nosso)

nossa formação precisa compreender de forma prática e sem processos eugenistas que nossa intervenção está na vida social dos usuários dos mais diversos equipamentos das políticas sociais e somos nós que garantimos direitos que historicamente foram negados as populações subalternas e hoje temos um compromisso histórico de superação das opressões, discriminações e demais formas de cerceamento e vulnerabilidades. O movimento antirracista é um movimento contínuo e diário, que tem em sua práxis tanto a superação quanto o fortalecimento daqueles que foram impedidos de falar e de se organizar. É urgente nossa aproximação e compromisso ético-político do antirracismo como práxis das nossas ações cotidianas, desde a formação à prática profissional.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Subsídios para o debate da Questão étnico-racial na Formação profissional.** Vitória. Dezembro de 2018. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_so_ci22al-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 18/09/2024.

Brasil. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].** Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00670.pdf>. Acesso em: 19/09/2024

ELPÍDIO, Maria Helena. SILVA, João Paulo V. **O Serviço Social na encruzilhada: a questão racial e o projeto de formação profissional.** Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 22, n.2, p. 316-333, jul. / dez. 2022.

ELPÍDIO, Maria Helena. **Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional.** Revista katálysis, Florianópolis, v. 23, n.3, p. 519-527, dez. 2020.

GONÇALVES, Renata. **Quando a questão racial é o nó da questão social.** Revista Katálysis, [S.L.], v. 21, n. 3, p. 514-522, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p514>

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.001>.

SOUZA, Érica Aparecida; MEDEIROS, Moíza Siberia Silva de. **QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL.** Vol. 2022 Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00670.pdf>